



Processo: 01210/2026

Decisão Plenária Nº 7, de 25 de março de 2026.

Aprova o Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2026.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das competências outorgadas pelo art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 621, de 8 de março de 2012, e art. 428, inciso V, alínea 'b', da Resolução TC nº 261, de 4 de junho de 2013;

Considerando que o Plano Anual de Ações Educacionais do Tribunal de Contas para o exercício 2026, elaborado pela equipe da Escola de Contas Públicas – ECP com base no artigo 41 do Regimento Interno, sob a supervisão de seu Diretor, senhor conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, é instrumento de planejamento que organiza e orienta a execução das atividades de formação, capacitação e produção de conhecimento no âmbito deste Tribunal e constitui importante ferramenta de planejamento tático da Escola de Contas, estruturada a partir das diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e alinhada aos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do TCE-ES 2024–2037, com vistas ao fortalecimento da missão institucional e ao aprimoramento contínuo das competências dos servidores, membros e jurisdicionados, além de ser critério de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC.;

Considerando que o referido plano contempla ações educacionais destinadas aos públicos interno e externo, organizadas no âmbito do Programa de Formação,

Capacitação e Aperfeiçoamento (PFCA) e do Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (PDEP), com foco no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais para o exercício qualificado do controle externo e para o fortalecimento da gestão pública no Estado do Espírito Santo;

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, à **unanimidade**, em sua 12ª Sessão Ordinária Plenária de 2026, realizada no dia 24 de março do corrente, **aprovar** o Plano Anual de Ações Educacionais do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2026, conforme Anexo desta decisão.

Presentes à sessão plenária da apreciação os srs. Conselheiros Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, Presidente, Davi Diniz de Carvalho, Vice-presidente, Domingos Augusto Taufner, Corregedor; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Ouvidor; Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Rodrigo Coelho do Carmo. Presente, ainda, o Dr. Luciano Vieira, Procurador-geral do Ministério Público junto a este Tribunal.

Sala das Sessões, 24 de março de 2026.

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA
Conselheiro presidente

DAVI DINIZ DE CARVALHO
Conselheiro vice-presidente

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Conselheiro corregedor

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO
Conselheiro ouvidor

SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO
Conselheiro

RODRIGO COELHO DO CARMO
Conselheiro

Fui Presente:

LUCIANO VIEIRA

Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Plano Anual de Ações Educativas 2026

**Escola de Contas Públicas Mariazinha
Vellozo Lucas**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Escola de Contas Públicas - ECP

Conselheiros

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - Presidente
Davi Diniz de Carvalho – Vice-Presidente
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun – Diretor da ECP
Domingos Augusto Taufner - Corregedor
Sebastião Carlos Ranna de Macedo - Ouvidor
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Rodrigo Coelho do Carmo

Conselheiros substitutos

Donato Volkers Moutinho
Márcia Jaccoud Freitas
Marco Antônio da Silva

Procuradores do Ministério Público de Contas

Luciano Vieira - Procurador-Geral
Luis Henrique Anastácio da Silva
Heron Carlos Gomes de Oliveira

Chefia de Gabinete da Presidência

Ludmila Maria Potratz Depes

Secretário-geral de controle externo

Simone Reinholz Velten

Secretário-geral de tecnologia da informação

Klayson Sesana Bonatto

Secretário-geral administrativo e financeiro

Idarlene Araujo de Oliveira Marques Bresciane

Secretário-geral das sessões

Odilson Souza Barbosa Junior



Sumário

Apresentação	4
1. A Estrutura Organizacional da Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas:	6
2. Os objetivos estratégicos do TCE-ES vinculados ao PAAE 2025	7
3. Metodologia de escolha das Ações Educacionais 2026	8
4. Lacunas de Competências que serão atendidas	10
4.1 Competências Técnicas.....	10
4.2 Competências comportamentais	11
5. Programa de Formação Capacitação e Aperfeiçoamento (PFCA)	12
5.1. Público-Alvo Interno	12
5.2. Público-Alvo Externo.....	14
6. O Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - PNEP	16
6.1. Especialização em Gestão em Contas Públicas e Sustentabilidade Fiscal.....	17
6.2. Especialização em Gestão de Negócios Governamentais (Lançamento 2027)	18
6.3. Especialização em Gestão em Políticas Públicas (Lançamento 2027) 20	
8. Indicadores e metas	21
9. Cronograma	22



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Escola de Contas Públicas - ECP



Apresentação

O Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE), elaborado pela equipe da Escola de Contas Públicas “Mariazinha Vellozo Lucas”, contempla ações e projetos voltados ao desenvolvimento técnico e emocional de servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), com vistas à atuação qualificada em benefício da sociedade capixaba, por meio do exercício do controle externo

Trata-se de um instrumento de planejamento tático anual que organiza a execução de ações educacionais e projetos especiais. Suas diretrizes são construídas com base em múltiplas fontes: consultas e pesquisas direcionadas aos gestores das áreas finalísticas e de apoio do TCE-ES, além de solicitações específicas relacionadas ao desenvolvimento de competências requeridas para a atuação institucional.

Adicionalmente, os jurisdicionados e os participantes do Encontro de Formação em Controle (ENFOC), bem como dos cursos na modalidade de ensino a distância (EaD), também contribuem para a construção do PAAE ao indicarem fragilidades na gestão dos recursos públicos. Tais apontamentos subsidiam o planejamento de ações educacionais para o ano seguinte, inclusive a proposição de novos cursos online assíncronos disponibilizados no Portal da Escola de Contas e trilhas de aprendizagem.

A elaboração do PAAE tem como referência o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), formulado em 2022, cujo propósito é orientar a filosofia educacional, o processo e a ação de ensino-aprendizagem da Escola de Contas Públicas.

O Plano Estratégico 2024–2037 do TCE-ES constitui um dos pilares do PAAE, estando diretamente vinculado aos objetivos estratégicos voltados ao cumprimento da missão institucional. Alinhado às melhores práticas de educação corporativa, o PAAE também observa as diretrizes do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), contribuindo para o fortalecimento da maturidade institucional e da efetividade das ações de controle.



A Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas (ECP) consolida-se como a unidade estratégica de gestão do conhecimento do TCE-ES. Um marco fundamental deste ciclo é a sua elevação ao **status de Escola de Governo**, conferindo-lhe autonomia para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

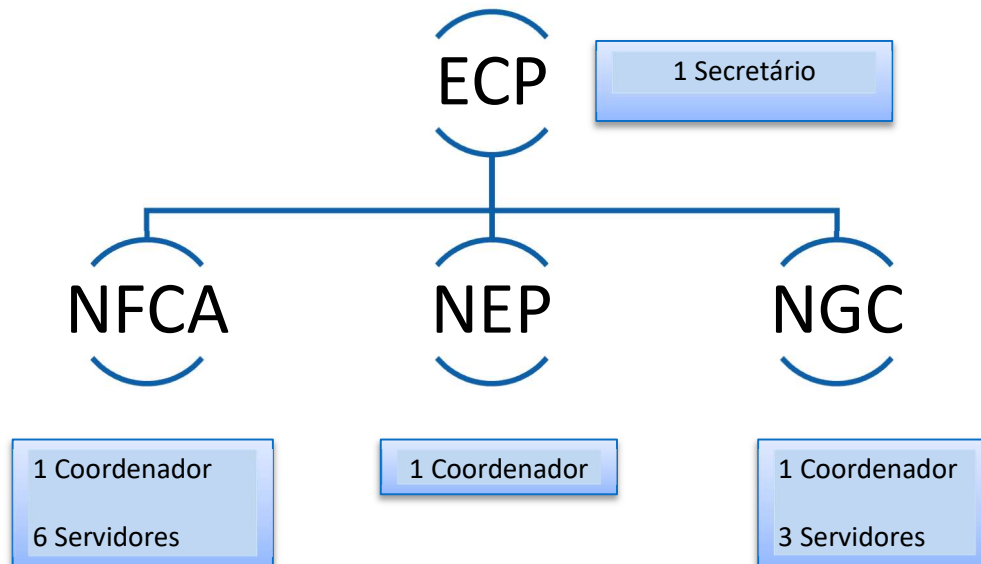
Esta nova prerrogativa jurídica permite que a ECP não apenas capacite, mas produza ciência aplicada ao controle externo, certificando especialistas preparados para os desafios da gestão pública contemporânea.

Como parte do esforço contínuo de qualificação, a Escola de Contas lançará este ano um **curso de pós-graduação** lato sensu em gestão de Contas e Sustentabilidade de Fiscal. Para o próximo ano, serão lançados mais dois cursos de pós-graduação, gestão de negócios governamentais e gestão de políticas públicas.

Fica também a Escola de Contas Públicas autorizada a promover as alterações que porventura venham a ocorrer no plano operacional, a fim de dar fiel cumprimento às diretrizes e ações delineadas nos planos tático e estratégico.



1. A Estrutura Organizacional da Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas:



A estrutura organizacional da ECP conta com três núcleos, sendo que cada um é composto pelas seguintes equipes:

1. NFCA – Núcleo de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento
 - 1 Analista Administrativo (Coordenador)
 - 4 Assessores de Controle Externo
 - 1 Assessor de Nível Superior II
 - 1 Adjunto Operativo
2. NEP – Núcleo de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa
 - 1 Auditor de Controle Externo (Coordenador)
3. NGC – Núcleo de Gestão do Conhecimento
 - 1 Analista Administrativo (Coordenador)
 - 1 Assistente Técnico
 - 1 Estabilizado (Assistente Técnico)
 - 1 Assessor de Controle Externo



Os Núcleos se dedicam a cumprir as competências da Escola de Contas, sendo que, o planejamento, a organização, a administração, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades referentes à formação, capacitação e aperfeiçoamento do público-alvo é de competência do NFCA. Por sua vez, o NEP planeja, executa e avalia as atividades relativas à geração, captação, sistematização e difusão do conhecimento junto ao público interno e externo, de conhecimentos acerca de matérias em áreas de interesse do Tribunal. Por sua vez, o NGC, supervisiona, acompanha e avalia o desempenho e a execução das atividades de manutenção do acervo bibliográfico, bem como incentiva e apoia a gestão do conhecimento no âmbito do Tribunal.

2. Os objetivos estratégicos do TCE-ES vinculados ao PAAE 2025

O Plano Estratégico (PE) 2024–2037 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo está estruturado em pilares estratégicos que visam potencializar a entrega de valor público à sociedade capixaba. Em consonância com esses pilares, foram definidos objetivos estratégicos que orientam o direcionamento dos recursos humanos, tecnológicos, estruturais e instrumentais da Instituição. A escola de Contas está diretamente envolvida nos seguintes objetivos Estratégicos:

1. Objetivo estratégico - Garantir a credibilidade das contas e a sustentabilidade fiscal.

- Promover a cultura do planejamento governamental dos municípios, efetivando os instrumentos de planejamento governamental estabelecidos na Constituição Federal;
- Profissionalizar as estruturas finalísticas de planejamento, contabilidade, controle interno, procuradoria, engenharia, gestão de recursos humanos, patrimônio e a gestão financeira e fiscal baseada em gerenciamento de riscos nos jurisdicionados.



2. Objetivo estratégico - Fomentar a integridade, a eficiência e a sustentabilidade nos negócios governamentais.

- Promover ações para que os municípios adotem boas práticas de governança e gestão de contratações.

3. Objetivo estratégico - Induzir a governança, a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

- Assegurar que os gestores dos regimes próprios de previdência social, assim como os ocupantes dos órgãos de deliberação coletiva, sejam capacitados e certificados.

4. Objetivo estratégico - Garantir a excelência do sistema de governança do TCE-ES.

- Promover a profissionalização dos agentes públicos atuantes nas diferentes áreas do TCE-ES, fomentando habilidades comportamentais inovadoras, tais como: conhecimento em tecnologia, pensamento analítico, habilidades para resolução de problemas, adaptabilidade e aprendizado contínuo, dentre outros;

As ações educacionais e projetos programados para 2026 estão apresentados nos capítulos seguintes.

3. Metodologia de escolha das Ações Educacionais 2026

Em conformidade com a Resolução TC 328/2019, que instituiu o Regimento Interno da Escola de Contas Públicas, este plano desdobra-se em dois programas: o Programa de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento (PFCA) e o Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (PDEP).

O PFCA destina-se a instrumentalizar e reciclar os conhecimentos do público-alvo, interno ou externo, para o exercício de suas atividades fundamentais, enquanto o Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas – PDEP objetiva o



desenvolvimento de atividades relativas à geração, captação, sistematização e difusão junto ao público interno e externo de conhecimentos relativos às principais áreas de atuação do Tribunal.

A elaboração das propostas de ações educacionais ocorreu a partir das seguintes fontes de informações¹:

- Pesquisa estruturada junto as unidades do TCE-ES para identificar as suas prioridades em capacitação, seja técnica ou comportamental. As demandas apresentadas organizam o planejamento da ECP, direcionando a alocação de recursos técnicos, financeiros e de pessoal para o atendimento.
- Pesquisa realizada junto aos jurisdicionados que participaram do ENFOC no ano anterior sobre as dificuldades técnicas para atender as demandas do TCE-ES, bem como melhorar as entregas de dados públicos ao órgão. É com base nesses resultados que se planeja a oferta 'curricular' para o ano seguinte, neste caso 2025.
- Outra fonte de demanda expressiva refere-se à participação em eventos externos, seja para participação de servidores e membros em cursos, congressos, seminários, visitas técnicas, ou outras atividades representando o TCE-ES. O atendimento é sob demanda apresentada e autorizada pela autoridade competente, e tem o objetivo de contribuir para a melhoria da condição técnica dos servidores.

Desse modo, cada programa será executado com o objetivo de atender prioridades estabelecidas com base no diagnóstico de lacunas de competências, instrumento que permitiu identificar as lacunas de competências prioritárias para serem sanadas no exercício de 2026.

¹ Conforme artigo 6º da Resolução TC 328/2019.



A partir dessas lacunas, são estabelecidas trilhas de aprendizagem, projetos de treinamento e, para alguns casos, projetos especiais. Estes visam atender a objetivos específicos e podem ser realizados em parceria com outros setores ou instituições.

Quanto à metodologia de ensino, visando um melhor aproveitamento dos recursos e, conseqüentemente, uma melhor relação custo versus benefícios, serão priorizadas as ações no formato a distância com a possibilidade de realizar eventos no formato híbrido.

4. Lacunas de Competências que serão atendidas

O Inventário de Competências Técnicas e Comportamentais do TCE-ES é o documento que representa o repertório das competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho dos diversos “papéis” ocupados pelos servidores no desempenho de suas atividades laborais.

Assim, estrategicamente as ações de capacitação devem ser realizadas visando atender ao desenvolvimento das competências estabelecidas naquele documento.

Contudo, a fim de otimizar as ações de capacitação, pretende-se atender *primeiramente* as seguintes “lacunas” prioritárias, podendo atender a qualquer outra demanda necessária que esteja em conformidade com a relação de competências estabelecidas no inventário.

4.1 Competências Técnicas

(Conhecimentos, Legislações, Documentos	Auditoria Governamental
	Auditoria Operacional
	Capacidade de articulação e elaboração de documentos (coesão e coerência) Capacidade de articulação jurídica
	Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021)
	Lei de Responsabilidade Fiscal
	Lei Geral de Proteção de Dados



institucionais e Ferramentas tecnológicas)	Lei Orgânica do TCE-ES
	Língua Portuguesa
	Manual de Auditoria do TCE-ES
	Manual de Redação Oficial do TCE-ES
	Métodos Quantitativos e Análise de Dados
	Gestão de projetos
	Gestão de processos
	Inteligência Artificial aplicada (chatgpt)

4.2 Competências comportamentais

Gerais para todos os servidores	Foco em resultados
	Atuação estratégica
	Trabalho em equipe
	Orientação para Inovação e Mudança
	Autodesenvolvimento
	Relacionamento interpessoal

Competências gerenciais (de Liderança)	Comunicação não violenta
	Escuta ativa
	Técnicas de feedback
	Liderança Situacional
	Técnicas de Gerenciamento de Conflitos

4.3 Competências técnicas que serão estimuladas para desenvolvimento do Público Externo

(Conhecimentos, Legislações,	Gestão Tributária Municipal
	Orçamento Público
	Governança das Contratações
	Contratações para obras e serviços de engenharia
	Contratação de Obras Públicas
	Planejamento de Licitações
	Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
	Planejamento Previdenciário



Documentos institucionais e Ferramentas tecnológicas)	Ações de adaptação e mitigação de efeitos negativos decorrentes das mudanças climáticas
	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
	Dívidas e Metas Fiscais
	Planejamento da Primeira Infância
	Regime Constitucional dos Servidores Públicos
	Lei 14.133/21
	Reequilíbrio Econômico-financeiro dos Contratos Públicos
	Sistema de Custos na Administração Pública
	Elaboração de Plano Plurianual
	Concessões comuns e PPPs
	Contabilidade Pública
	Cidades – Atos de Pessoal
	Processo e Responsabilização perante o TCE
	Gestão por Competências
Gestão Estratégica de Pessoas	

5. Programa de Formação Capacitação e Aperfeiçoamento (PFCA)

O programa divide-se em função do público a ser atendido, isto é, ações para público interno (servidores e membros) e ações para público externo (servidores jurisdicionados e cidadãos).

5.1. Público-Alvo Interno

As ações voltadas ao público interno têm como premissa o fortalecimento das competências técnicas e comportamentais dos servidores do TCE-ES, garantindo a excelência na instrução processual e a modernização das rotinas de trabalho. Para o ciclo de 2026, destacam-se dois projetos estruturantes:



Projeto Jornada da Inovação

Este projeto visa fomentar uma cultura de modernização, trabalhando temas que estimulem a aplicação de ferramentas, metodologias e técnicas inovadoras na rotina de trabalho. O foco é aumentar a eficiência e a agilidade das entregas por meio de tecnologias disruptivas e gestão ágil.

- Exemplos de Temas:
 - **Copilot:** Uso de inteligência artificial generativa no cotidiano administrativo.
 - **SCRUMBan:** Metodologias ágeis para gestão de fluxo de trabalho.
 - **Painel de Controle e PowerBI:** Visualização de dados e business intelligence para suporte à decisão.

Projeto Capacita Week

Focado especificamente na qualificação do corpo técnico, este projeto visa a reciclagem de auditores em relação a normas, procedimentos e técnicas de auditoria. O objetivo é padronizar o entendimento sobre novas legislações e otimizar os instrumentos de fiscalização.

- Temas e Oficinas de Especialização:
 - **Legislação e Normas:** Aspectos Controversos da Lei 14.133/2021, Regimento Interno voltado aos Processos de Controle Externo e Responsabilização.
 - **Sistemas de Controle:** CidadES Contas, Ambiente de Análise de Contas, CidadES Contratações (Aplicações Práticas) e CidadES Folha.



- **Técnicas de Instrução:** Elementos essenciais da instrução de levantamentos, monitoramentos e elaboração de propostas de deliberações; Planejamento de Auditoria de Conformidade e Operacional.
- **Processual e Jurídico:** Boas práticas em Tomadas de Contas Especiais e Noções de Processo Civil aplicadas ao TCE-ES sob a ótica da análise de recursos.
- **Tecnologia no Controle:** Copilot como assistente inteligente para as atividades específicas do Controle Externo.

Projeto de Capacitação para Gabinetes

Este projeto foi desenhado para fortalecer as competências técnicas, jurídicas e gerenciais dos servidores que atuam diretamente nos gabinetes, garantindo maior qualidade e celeridade na produção de pareceres e decisões. As atividades ocorrem em semanas sem sessões plenárias para preservar a agenda institucional.

- Trilhas Temáticas:
 - Jurídica e Normativa: Redação Jurídica, Improbidade Administrativa, Jurisprudência e Regimento Interno.
 - Gestão e Governança: ESG, Gestão de Riscos e Contabilidade Pública.
 - Tecnologia e Dados: IA aplicada à assessoria (criação de prompts para pareceres), ChatJuris, Storytelling e Linguagem Simples.

5.2. Público-Alvo Externo

Para atender às necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos gestores e servidores dos órgãos jurisdicionados, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



(TCE-ES), por intermédio da Escola de Contas Públicas (ECP), realizará o ENFOC – Encontro de Formação em Controle.

O ENFOC é o principal programa de formação voltado ao público externo. Seu objetivo é desenvolver competências técnicas e práticas essenciais para a boa gestão dos recursos públicos e para a eficácia do controle social. O programa prioriza cursos de curta duração e metodologia prática, facilitando a aplicação imediata do conhecimento no cotidiano administrativo.

Para garantir a capilaridade e o alinhamento estratégico, o ENFOC engloba uma trilha de Temas Prioritários, voltada a demandas sistêmicas e inovações legais, e uma trilha de Temas nos Polos do Interior, que leva capacitação diretamente às diversas regiões do Estado.

Temas dos Cursos Prioritários

Estes tópicos focam em áreas críticas de controle, sistemas de informação e atualizações legislativas de alto impacto:

- Controles Internos na Previdência: Avaliação atuarial, plano de custeio e sustentabilidade dos regimes municipais e estaduais.
- Gestão Fiscal: Dívida pública e definição de metas fiscais na LDO.
- Sistema CidadES: Treinamentos específicos nos módulos de Atos de Pessoal (Admissão e Concessão), Contas e Contratação.
- Investimentos e Parcerias: Concessões comuns, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e governança em investimentos dos RPPS.
- Gestão de Pessoal e Reforma Tributária: Governança de pessoal, conformidade e os impactos das mudanças constitucionais tributárias nos municípios.



Temas dos Cursos a serem realizados nos polos (Interior do estado)

As formações nos polos regionais são desenhadas para atender as especificidades das administrações locais, com destaque para:

- Licitações e Contratos: Oficinas práticas sobre a Lei nº 14.133/2021, incluindo Estudo Técnico Preliminar (ETP), matriz de riscos em obras e reequilíbrio econômico-financeiro.
- Ética e Correição: Orientações para a criação de corregedorias municipais, gestão da ética e prevenção de assédios.
- Engenharia e Serviços Públicos: Fiscalização de obras, garantia quinquenal e gestão de serviços de limpeza pública.
- Governança e Transparência: Gestão de riscos, compliance, aplicação da LGPD no serviço público e comunicação institucional para geração de pautas positivas.
- Responsabilização: Processos de responsabilização perante o Tribunal de Contas e regime constitucional dos servidores.

6. O Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - PNEP

O Programa de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (PNEP) tem como diretriz principal o fomento ao conhecimento científico e à especialização de alto nível. Para o ciclo de 2026, o programa focará no oferecimento de 3 cursos de pós-graduação lato sensu realizados pelo próprio Tribunal.

A principal ação para 2026 será o curso de Pós-Graduação em Gestão em Contas Públicas e Sustentabilidade Fiscal, que contará com a oferta de 60 vagas.



6.1. Especialização em Gestão em Contas Públicas e Sustentabilidade Fiscal

Contexto e Justificativa: A complexidade da gestão pública moderna exige que os agentes de controle e gestores possuam uma visão sistêmica sobre o equilíbrio das contas e a responsabilidade fiscal. O curso justifica-se pela necessidade de alinhar a fiscalização às novas normas de finanças públicas, garantindo uma administração eficiente e sustentável.

Objetivos:

- Geral: Capacitar profissionais para atuar com excelência na gestão e no controle das contas públicas.
- Específicos: Desenvolver visão crítica sobre o orçamento, aprofundar conhecimentos em contabilidade aplicada ao setor público e fornecer ferramentas para análise de riscos fiscais.

Público-Alvo e Vagas: Serão ofertadas 60 vagas destinadas a servidores do TCE-ES (auditores e técnicos) e servidores dos órgãos jurisdicionados que atuam nas áreas de planejamento, finanças, contabilidade e controle interno.

Metodologia: O curso adota uma metodologia ativa, combinando aulas teóricas com oficinas práticas e estudos de caso reais. O formato será híbrido (presencial e online), com suporte de plataforma de ensino a distância.

Competências a serem Desenvolvidas:

- Técnicas: Domínio da LRF, auditoria financeira, análise de balanços e gestão de transferências.



- Comportamentais: Liderança estratégica, pensamento crítico e ética profissional.

Estrutura Curricular por Eixo Temático:

1. Eixo de Fundamentos Jurídicos e Econômicos: Direito Financeiro e Teoria do Controle.
2. Eixo de Gestão Orçamentária e Financeira: PPA, LDO, LOA e Execução de Despesa.
3. Eixo de Contabilidade e Auditoria: PCASP, DCASP e Normas Internacionais de Auditoria.
4. Eixo de Governança e Sustentabilidade: Gestão de Riscos, OKRs e Sustentabilidade Fiscal.

6.2. Especialização em Gestão de Negócios Governamentais (Lançamento 2027)

Dando continuidade à estratégia de alta especialização do Tribunal, em 2027 será ofertado o curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Governamentais, também com a oferta de 60 vagas.

Contexto e Justificativa: A administração pública moderna exige que as contratações e parcerias sejam tratadas como "negócios governamentais" estratégicos. A complexidade da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e a necessidade de uma governança voltada para resultados justificam a criação de um curso que prepare os agentes para gerir o ciclo de vida das contratações de forma técnica, ética e eficiente.

Objetivos:

- Geral: Formar especialistas aptos a gerir negócios públicos sob a ótica da governança, eficiência e conformidade legal.



- Específicos: Capacitar para o planejamento estratégico de contratações; aprofundar o conhecimento em contratos administrativos e procedimentos auxiliares; e desenvolver habilidades de fiscalização e assessoramento técnico.

Público-Alvo e Vagas: Serão ofertadas 60 vagas, destinadas prioritariamente a servidores que atuam em áreas de licitações, contratos, assessoria jurídica e controle interno, tanto do TCE-ES quanto das jurisdições municipais e estaduais.

Metodologia: O curso utiliza o modelo de ensino híbrido, com uma carga horária distribuída entre momentos presenciais (focados em oficinas e práticas) e online (aulas teóricas e suporte via plataforma de ensino). A abordagem foca na resolução de problemas reais e estudos de caso práticos.

Competências a serem Desenvolvidas:

- Técnicas: Domínio completo do processo licitatório, gestão de contratos administrativos, análise de crimes em licitações e estruturação de governança nas contratações.
- Comportamentais: Capacidade de negociação, visão estratégica, tomada de decisão baseada em riscos e comunicação institucional clara.

Estrutura Curricular por Eixo Temático: O currículo é dividido em dois grandes eixos de especialização:

1. Eixo I - Gestão de Negócios Governamentais:

- Fundamentos da Administração Pública e Governança.
- Planejamento das Contratações e Processos Licitatórios.
- Contratações Diretas e Procedimentos Auxiliares.
- Contratos Administrativos, Assessoramento e Crimes em Licitações.

2. Eixo II - Gestão Administrativa:



- Gestão Estratégica no Setor Público.
- Gestão de Projetos e Processos na Administração Pública.
- Metodologia de Pesquisa Aplicada.

6.3. Especialização em Gestão em Políticas Públicas (Lançamento 2027)

Integrando o ciclo de especializações de alto nível, em 2027 o Tribunal lançará o curso de Pós-Graduação em Gestão em Políticas Públicas, com a oferta de 60 vagas.

Contexto e Justificativa: A atuação dos Tribunais de Contas tem evoluído para além da conformidade legal, focando cada vez mais na avaliação da efetividade das políticas públicas. Justifica-se, portanto, a necessidade de capacitar agentes para compreender o ciclo completo dessas políticas, garantindo que os recursos públicos resultem em benefícios reais para a sociedade, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Objetivos:

- Geral: Capacitar profissionais para atuar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco em resultados e sustentabilidade.
- Específicos: Analisar o papel do Estado e da sociedade no século XXI; dominar técnicas de gestão interfederativa; e aplicar ferramentas de análise de dados para o controle de políticas públicas.

Público-Alvo e Vagas: Serão ofertadas 60 vagas, voltadas a servidores do TCE-ES e dos órgãos jurisdicionados que atuam na gestão e fiscalização de políticas sociais, infraestrutura, educação, saúde e desenvolvimento econômico.

Metodologia: O curso adota o modelo híbrido, com carga horária dividida entre atividades presenciais e online. A metodologia foca no "aprender fazendo", utilizando



análise de indicadores reais e oficinas de elaboração de projetos e captação de recursos.

Competências a serem Desenvolvidas:

- Técnicas: Domínio do ciclo de políticas públicas, gestão por resultados, análise de dados aplicada e monitoramento de indicadores de desempenho.
- Comportamentais: Pensamento estratégico, liderança para inovação, ética nas ações públicas e visão sistêmica de governança.

Estrutura Curricular por Eixo Temático: O currículo está estruturado em três eixos principais de formação:

1. Eixo I - Sociedade, Estado e Políticas Públicas: O Estado no Século XXI, Federalismo e Gestão Interfederativa, e Ciclo das Políticas Públicas.
2. Eixo II - Instrumentos e Técnicas de Gestão e Sustentabilidade: Planejamento Governamental, Gestão por Resultados (Indicadores), Monitoramento e Avaliação (ODS), Análise de Dados e Captação de Recursos.
3. Eixo III - Governança, Inovação, Ética e Liderança: Governança Pública, Transparência, Controle Social, Inovação e Transformação Digital na Gestão Pública.

8. Indicadores e metas

Os programas serão avaliados por um ou mais indicadores conforme tabela a seguir:



Indicador	Descrição	Meta	Periodicidade
Satisfação do participante	Mede o grau de satisfação do participante	Nota média 7	Todos os cursos.
Avaliação de Impacto (aprendizagem e aplicação)	Mede o impacto do conhecimento transmitido que foi aplicado no trabalho	No mínimo 50 % do conhecimento aplicado	Serão medidos o programa Enfoc e o projeto Capacita week
Avaliação dos benefícios gerados	Mede a relação entre custo e benefícios (RBC)	Igual ou maior do que 1	Será medido o programa Enfoc

9. Cronograma

Programa/projeto	1º Quadri.	2º Quadri	3º Quadri
Jornada da Inovação	X		
Capacita Week	X		
ENFOC	X	X	X
Pós-Graduação		X	X
Gabinetes		X	